Artigo 7.º — O Presidente da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor escolhido dentre pessoas de nível universitário, de ilibada reputação e de notória experiência no campo da promoção social, será designado pelo Governador, dedicando-se, integralmente, às funções que lhe competem.

§ 1.º — O mandato de Presidente será de 4 (quatro) anos, renovável uma só vez por igual prazo, sem prejuízo da sua dispensa, em qualquer tempo, a critério do Governador.

§ 2.º — Além das atribuições que lhe forem conferidas nos Estatutos, caberá ao Presidente representar a Fundação, em juízo ou fora dele, e superintender suas atividades técnicas e administrativas.

Artigo 8.º — O Conselho Estadual de Promoção Social do Menor, presidido pelo Presidente da Fundação, compor-se-á de 17 (dezesete); membros, indicados em listas triplíces e designados pelo Governador, a saber:

I — 1 (um) representante de cada uma das seguintes Secretarias de Estado: Economia e Planejamento, Educação, Fazenda, Justiça, Promoção Social e Saúde;

II — 1 (um) representante de cada uma das seguintes entidades:

- a) Universidade de São Paulo — USP;
- b) Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de São Paulo) — OAB;
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Regional) — SENAC;

d) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Regional) — SENAI;

- e) Conselho Regional de Assistentes Sociais — CRAS — 9.a Região;
- f) Ministério Público Estadual.

III — 2 (dois) técnicos de notório saber no campo da proteção à família e ao menor, indicados pelo próprio Conselho;

IV — 3 (três) representantes de entidades privadas, especializadas no campo de atividade da Fundação devidamente registradas nos órgãos competentes, escolhidos ou eleitos na forma a ser determinada pelos Estatutos, dos quais um representará entidades dedicadas ao campo do menor excepcional.

§ 1.º — A indicação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes, para designação do Governador.

§ 2.º — Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandatos de 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos, admitindo-se a renovação apenas por uma vez e por igual período.

§ 3.º — O disposto no parágrafo anterior não elide a competência do Governador para dispensa do membro do Conselho ou seu suplente, a qualquer tempo.

§ 4.º — Os Estatutos da Fundação especificarão os requisitos exigíveis dos membros do Conselho e seus suplentes e estabelecerão os critérios de sua renovação anual, bem assim os casos de perda do mandato.

§ 5.º — Os membros do Conselho e, quando convocados, seus suplentes, farão jus a gratificação por sessão a que comparecerem, na forma estabelecida pelos Estatutos.

§ 6.º — Nos casos de extinção de entidade representada e de desistência ou perda do seu direito de representação, caberá ao Conselho Estadual de Promoção Social do Menor indicar por maioria absoluta de seus membros, outra que a substitua.

Artigo 9.º — Compete ao Conselho Estadual de Promoção Social do Menor:

I — propor ao Governador alterações dos Estatutos da Fundação e elaborar o seu Regimento Interno;

II — aprovar, anualmente, os planos de trabalho que lhe serão submetidos pelo Presidente da Fundação, zelar pela sua execução e acompanhar a avaliação dos resultados;

III — por proposta da Diretoria, aprovar e alterar o quadro do pessoal da Fundação, estabelecer atribuições, requisitos e condições gerais para admissão e dispensa e fixar níveis de remuneração;

IV — aprovar a indicação, que lhe fizer o Presidente, dos Diretores Administrativo e Técnico;

V — votar, anualmente, o orçamento; decidir sobre suas modificações; aprovar pedidos de créditos adicionais para despesas extraordinárias; e deliberar, após parecer do Conselho Fiscal, sobre a prestação de contas da Diretoria.

Artigo 10 — A Diretoria Executiva compor-se-á de Presidente da Fundação e dos Diretores a que se refere o inciso IV do artigo 9.º.

§ 1.º — Para o exercício das funções de Diretor Administrativo e de Diretor Técnico exigirá-se diploma de nível universitário, devendo o último possuir comprovada experiência no trato de problemas pertinentes ao menor.

§ 2.º — Os membros do Conselho Estadual de Promoção Social do Menor, salvo o Presidente, e do Conselho Fiscal não poderão fazer parte da Diretoria.

Artigo 11 — Até o dia 31 de maio de cada ano, os Diretores apresentarão seus planos de trabalho e a previsão da receita e da despesa das respectivas Diretorias, para o exercício seguinte, a fim de serem submetidos ao Conselho.

Artigo 12 — O Conselho Fiscal compor-se-á de:

I — 1 (um) representante do Governador do Estado;

II — 1 (um) representante do Secretário da Fazenda; e

III — 1 (um) Contador, designado pelo Conselho Estadual da Fundação.

Parágrafo único — Compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre as contas da Fundação.

Artigo 13 — O regime jurídico do pessoal da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor, inclusive o de seus Diretores, será o da legislação trabalhista, ficando-lhes vedada a aplicação dos preceitos de leis que concedem complementação, pelo Estado, das aposentadorias, pensões e quaisquer outras vantagens.

Artigo 14 — Poderão ser postos à disposição da Fundação, por solicitação de seu Presidente, sempre com prejuízos dos vencimentos ou salários de seus cargos ou funções, servidores da Administração direta e indireta.

§ 1.º — Os servidores postos à disposição da Fundação, nos termos deste artigo, para nela exercerem funções sob o regime da legislação trabalhista, terão o tempo de serviço contado apenas para fins de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2.º — Em caráter excepcional, pelo prazo de 1 (um) ano e a critério do Presidente da Fundação, ficarão à disposição desta, sem prejuízo de vencimentos, ou salários de seus cargos ou funções, os servidores em exercício nos órgãos da Secretaria da Promoção Social incumbidos, especificamente, do atendimento ao menor.

Artigo 15 — Serão extintos, nos termos do artigo 89 da Lei n.º 9717, de 30 de janeiro de 1967, a partir da data em que se instalar a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor, os órgãos da Secretaria da Promoção Social, incumbidos, especificamente, de atividades relacionadas com o menor.

Artigo 16 — Os saldos das dotações dos órgãos a que se refere o artigo 15, exceto as de pessoal, serão transferidos à Fundação, como subvenção do Estado.

Artigo 17 — Os contratos e convênios, celebrados entre a Secretaria da Promoção Social e entidades particulares, continuarão vigentes durante os prazos neles fixados; a denúncia ou alteração de tais contratos será submetida ao prévio exame do Conselho Estadual de Promoção Social do Menor.

Artigo 18 — O Governador designará Comissão Especial, composta de 4 (quatro) membros, para, no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua designação, elaborar o ato institutivo e o projeto de Estatutos, bem assim promover a instalação da Fundação.

§ 1.º — No ato de designação será indicado o Presidente da Comissão Especial.

§ 2.º — Caberá à Comissão Especial determinar o levantamento dos bens, móveis e imóveis, e das instalações a serem transferidas ou cedidas, bem assim propor ao Governador decreto dispondo sobre a vinculação da Fundação, para os fins do Decreto-lei Complementar n.º 7, de 6 de novembro de 1969.

§ 3.º — As funções da Comissão Especial considerar-se-ão cessadas com a posse do Presidente e do Conselho Estadual de Promoção Social do Menor.

Artigo 19 — Para atender às despesas decorrentes da constituição, implantação e funcionamento da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Promoção Social, crédito especial de até Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — O valor do crédito a que se refere este artigo será coberto com recursos oriundos de operações de crédito, que o Poder Executivo fica autorizado a realizar, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 20 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 12 de dezembro de 1973.

LAUDO NATEL

Waldemar Maria de Oliveira Júnior, Secretário da Justiça

Carlos Antonio Rocca, Secretário da Fazenda

Mário Romeu de Luca, Secretário da Promoção Social

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 12 de dezembro de 1973.

Nelson Peterson da Costa, Diretor Administrativo, Substituto.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

GOVERNO DO ESTADO

DECRETO N.º 2 993, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos do artigo 7.º, inciso I, da Lei n.º 55, de 27 de novembro de 1972.

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTARIA DISCRIMINADA POR SUBELEMENTO

Órgão: SECRETARIA DA SAÚDE

Código: 09

Unidade Orçamentária: COORDENADORIA DE ASSISTENCIA HOSPITALAR

Código: 03

CATEGORIA ECONÔMICA	ESPECIFICAÇÕES	Subelemento	Elemento	Subcategoria Econômica	Categoria Econômica
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				57.890
3.1.0.0	Despesas de Custeio			57.890	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros		57.890		
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	57.890	57.890		

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Unidade Orçamentária: COORDENADORIA DE ASSISTENCIA HOSPITALAR

Código: 03

Categoria de Programação: ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR EM DERMATOLOGIA SANITARIA

Código: 71.14.51.03

CATEGORIA ECONÔMICA	ESPECIFICAÇÕES	Subelemento	Elemento	Subcategoria Econômica	Categoria Econômica
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				57.890
3.1.0.0	Despesas de Custeio			57.890	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros		57.890		
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	57.890	57.890		

JUSTIFICATIVA

O presente crédito, no montante de Cr\$ 57.890,00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa cruzeiros), destina-se a suplementar a dotação orçamentária do Hospital de Pirapitingui, em Itú, para o atendimento de despesas com:

Gratificação de Laborterapistas, Banco de Sangue de Sorocaba e Laboratório Clínico, Serviços de Anestésia, Laboratório de Patologia Clínica de Sorocaba, Clínica Anestesiológica e Gazoterapia "Clianest" S/C Ltda.

Artigo 2.º — O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes de redução da seguinte dotação: